



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8399 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

### EDUCAÇÃO PARA RESISTÊNCIA, EMANCIPAÇÃO E COMBATE AO RACISMO NA INFÂNCIA

Dulcineia Alves Teixeira Ferrari - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

Keyla Andrea Santiago Oliveira - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: Nenhuma

Acreditamos que a representatividade das crianças negras é primordial para elas, e, pode trazer empoderamento. O empoderar permite que o sujeito tenha “[...] voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 486). Além de permitir a consciência de que todos e todas são iguais perante a lei, embora sejam e possam ser diferentes na compleição, no modo de pensar, de se expressar, na cor da pele, na textura do cabelo, dentre outros. Isso contribui para a compreensão de direitos, de alívio (no sentido de ser quem você é), de autoestima e a capacidade de viver com toda a sua singularidade e complexidade a infância, elaborando na subjetividade aspectos de resistência e autonomia, o que nos remete às reflexões presentes na Educação Emancipatória. Essa educação deve contribuir para a construção do pensamento crítico-democrático. Para que isso aconteça, é preciso contemplar a formação acadêmica de maneira “formativa, diferenciada e múltipla” (ADORNO, 1995, p. 169).

Muitas pesquisas (CORRÊA, 2017; CRUZ, 2018; SANTIAGO, 2015; DIAS, 2012) apontam que há práticas docentes e discentes que inferiorizam o tratamento das crianças negras, e, que estas meninas e meninos resistem a elas. Apontam ainda, que as crianças que percebem tal tratamento, não querem retornar à escola, não sabem como reclamar ou denunciar e não sabem que essas ações podem perpetuar o racismo e a discriminação. Como resistência, algumas crianças choram, contam aos familiares, se isolam, questionam e exigem.

Parte das escolas e da docência têm dificuldades ou não sabem como acrescentar em seus planejamentos atividades de valorização da cultura afro-brasileira ou indígena ou se fundamentam no “mito da democracia racial”. Logo, deve-se envidar esforços para que o tema seja valorizado e não permaneça apenas na lei, e à docência assim, esteja fortalecida e preparada para combater os discursos racistas existentes nas ações cotidianas. O primeiro

passo para esse combate é reconhecer que a democracia racial é um mito, ou seja, a sociedade contemporânea acredita que o racismo não é real (MUNANGA, 2014; SANTOS, 2010). Esse passo exige esforço e interesse, além de estudos aprofundados dos temas, pois ainda há o predomínio da ideia “romântica” de que os/as “negros/as vieram trabalhar no Brasil”. Essa ideia é oposta ao que a História do Brasil nos conta. Santos (2010) argumenta que além de serem trazidos à força, foram “jogadas” dentro dos navios negreiros, sem dignidade e em condições sub-humanas.

Segundo Munanga e Gomes (2006, p. 130-132) Zumbi dos Palmares é considerado hoje o maior símbolo de “resistência e coragem” nos movimentos negros brasileiros. Assim, pontuam a importância das crianças aprenderem também a história de personagens negros no sentido de que “cresçam com uma imagem muito mais positiva de si mesma e dos seus ancestrais”. A construção dessa imagem positiva é importante para toda a humanidade, pois poderá nos ajudar a compreender, aceitar, reconhecer e respeitar as diferenças. Ela pode ser feita em muitos momentos, e pensando nas crianças, por meio da escola, por meio de propostas didáticas que pensam a diversidade, e ainda com livros didáticos e referências que valorizem diferentes culturas e combatem em última instância o racismo e o respeito pelo outro.

Favorável a esta educação antirracista, a sociedade pode confrontar as personalidades autoritárias intelectualmente, proporcionando reflexões acerca da opressão e dominação que elas desejam impor sobre determinados grupos sociais. Com Adorno (2019) percebemos que a raiz do preconceito está na ótica da construção histórica, na “estereotipia hostil”, na alienação social e no exercício da personalidade autoritária (ADORNO, 2019, p. 260-266). O teórico frankfurtiano não demonstra otimismo ao refletir criticamente sobre posicionamentos, verbalizações sociais, específicas contra pessoas judias, negras, japonesas e de outras nacionalidades. Ele acredita que a correção da estereotipia pelas experiências não prosperará se não houver nas pessoas a reconstrução de suas capacidades ou potencialidades para elas evitando-se assim a propagação de ideias pré-concebidas e equivocadas sobre povos e culturas.

Diante deste contexto e da leitura de autores e autoras que estudam o racismo na infância, nosso objetivo com este texto é discutir parte do cumprimento da lei 10639/2003 a partir de alguns livros didáticos. Citaremos um deles aqui, que é interdisciplinar e contempla crianças do segundo ano, com idades entre seis e oito anos. Faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e da coleção Vem Voar, da editora Scipione. Nas páginas oito e nove umas das atividades pede que as crianças analisem as imagens de crianças de nacionalidades, tons de pele, compleição físicas diferentes, abrangendo as diferenças culturais de maneira positiva.

Analisamos alguns manuais didáticos verificando o uso de imagens e palavras que estereotipassem, constrangessem ou incitassem o racismo o que, esclarecemos, normalmente se volta contra mais de 55% da sociedade brasileira na atualidade, segundo dados do IBGE. Essa porcentagem é de negros/as, pretos/as e pardos/as. Queríamos perceber ainda o cumprimento ou não da lei 10639/2003. A lei federal tornou obrigatório o estudo de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira em todas as escolas, tanto as privadas quanto as públicas. Instituiu a inclusão do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra no calendário escolar. A regra categórica pede ainda que a luta, a cultura, a importância dos/as negros/as para a formação da sociedade sejam ensinadas, estudadas. O nascimento da lei ocorreu após a pressão dos movimentos negros, que através da resistência e do olhar da vivência, da experiência, sabem que o racismo ainda está estruturado na atualidade. Ele colabora para a mais perversa face de sua execução: a exclusão, a evasão, a miséria, a prisão, a morte e etc. Após mais de dezessete anos, a lei permanece sem cumprimento em sua totalidade apesar dos

avanços e conquistas ora evidenciados.

Fundamentadas nas análises compartilhamos ainda situações que valorizam a diversidade cultural, as relações étnico-raciais e a importância das discussões do tema para a construção de uma sociedade crítica que não “tolera” mais as violências e dentre elas, a do racismo. Nesta perspectiva, Adorno (1995) aponta que discussões críticas podem evitar que a barbárie ocorra, repetindo fatos históricos semelhantes ou mais grotescos que a Escravidão, o Holocausto nazista, os campos de concentração como os de Auschwitz, a Inquisição, a morte das pessoas com deficiências que foram queimadas, por serem consideradas incapazes.

Partindo das reflexões compartilhadas e vivenciadas por esses/as pensadores e docentes, foi possível analisar e perceber a importância das intervenções positivas, como são valorosas para reduzir/diminuir/eliminar as inferiorizações, elevar a representatividade das diferenças, questionar e refletir sobre os processos de instalação dos preconceitos e discriminações, que muitas vezes são potencializados nos espaços escolares ou na sociedade. O preconceito, a injúria racial e racismo são distintos e, por vezes, são “invisíveis” em determinados ambientes, além de ferir e causar reações inesperadas.

Analisamos também o manual didático com maior atenção ao capítulo que aborda a Capoeira e a Escravidão. Todo esse contexto exposto acima em muitos casos encontra respaldo em um instrumento voltado para a educação: o livro didático. Em todos os casos ele acompanha a criança/aluno/a. Uma das maiores críticas aos livros didáticos quando se trata das relações étnico-raciais é quanto ao uso das imagens do período escravocrata (MARQUES; ALMEIDA; SILVA; MARQUES, 2018, p. 32) bem como, “a desgastada estereotipização colonial da animalidade indígena e negra”. Silva e Santos (2018, p. 185) aludem que um estudante se sente pertencente ao que “lê, vê, participa, acolhe e reconhece”. Está aí a urgência de se representar nos livros didáticos todas as diferenças.

Com o olhar crítico aprimorado para as inferiorizações que tratavam especialmente da época da escravidão ocorrida no Brasil nos detivemos nas páginas vinte e oito e vinte e nove, onde o assunto principal são as rodas de capoeira. Em nossa percepção também não houve atos de inferiorizações, de preconceitos e ou racismo, contudo, o tema é contextualizado superficialmente, o que exige, da prática docente, um estudo mais aprofundado no sentido de explorar fatos históricos. Com esses argumentos, acreditamos na urgência e importância da formação inicial e continuada através de políticas públicas específicas. Essas políticas podem oferecer a formação sem prejuízos e com espaços apropriados.

**Palavras-Chave:** Racismo na infância. Livro didático. Educação emancipatória. Capoeira. Teoria crítica.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Ed. UNESP, 2019.

CORRÊA, Joseane Pinho **A arte de ensinar a capoeira, na roda e na vida: Pedagogia da Capoeiragem de Norival Moreira de Oliveira – Mestre Nô / Joseane Pinho Corrêa**; 2018. p. 111.

CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. **Um Estudo sobre as Relações Étnico-raciais na**

**Perspectiva das Crianças Pequenas.** São Carlos, 2017. 183f.

CRUZ, Leocardia Cristina Reginaldo da. **Análise de experiência de rodas de conversa sobre educação das relações étnico-raciais por meio da percepção de alunos do ensino fundamental I.** 2018. 143f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

DIAS, Lucimar Rosa; **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo.** Revista Brasileira de Educação. Set/dez. 2012, vol. 17, n. 51, p. 661-674.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. **Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, v. 2, p. 485-506, 2007.

MARQUES, et al. : caminhos para a descolonização do currículo escolar. Eugenia Portela de Siqueira Marques, Marta Coelho Castro Troquez (Organizadoras). 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018., pp. 19-41.

MUNANGA, Kabengele. **A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças.** Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política. v.4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul., p. 34-45, 2014. **Educação das relações étnico-raciais**

\_\_\_\_\_ ; GOMES, Nilma L. **O negro no Brasil de hoje.** Global, 2006.

SANTIAGO, Flávio. **Gritos sem palavras: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo.** educ. rev. [online]. 2015, vol.31, n.2, pp.129-153.

SANTOS, Marcio André. **Preto, Pardo, Negro, afrodescendente: as muitas faces da negritude brasileira.** Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres / [organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. (p. 27-36).

SILVA, Eliane; SANTOS, Marcela Ernesto dos. **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar.** Eugenia Portela de Siqueira Marques, Marta Coelho Castro Troquez (Organizadoras). 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018., pp. 183-200.